

Política acertada

Estava certa a política externa independente, começada por Afonso Arinos de Mello Franco e San Tiago Dantas, numa perturbada quadra da vida nacional, reesboçada por Mário Gibson Barbosa, retomada por Azeredo da Silveira e agora por Saraiva Guerreiro. Apesar de todos os clamores que levantou.

É o que se conclui de recente discurso do chanceler Saraiva Guerreiro: "Entre 1971 e 1980, enquanto o comércio exterior do Brasil crescia em setecentos por cento, de seis para 43 bilhões de dólares, o comércio do país com os demais países em desenvolvimento expandiu-se em 1700 por cento. Grande parte desse aumento deveu-se, obviamente, às nossas importações de petróleo, **mas também as nossas exportações para os países em desenvolvimento cresceram em 1300 por cento em apenas dez anos**; um salto de mais de seis bilhões de dólares. No ano passado nosso comércio no sentido Sul-Sul correspondeu a 44 por cento do total transacionado pelo nosso país. E nossas exportações para a América Latina, pela primeira vez na história, superaram em valor às destinadas aos Estados Unidos da América, tradicionalmente nosso maior cliente comercial".

Está assim dada a resposta aos que consideravam contrária à segurança nacional, a policêntrica política externa de Afonso Arinos e San Tiago, por isto chamada de independente, e retomada nos últimos tempos. Antinacional sempre fora o alinhamento automático, especialmente com a França, na Argélia e até com Portugal, que nada nos tinha a oferecer senão sentimentalismo saudosista, nas outrora chamadas "províncias ultramarinas". Como antinacionais prosseguem hoje as pressões internas e não só externas, contra o melhor relacionamento com a Organização de Libertação da Palestina e em favor doutro tanto mas com a África do Sul. Bem como contra a sensatez e a objetividade que insistem em soluções não intervencionistas e mediadoras no Caribe.

Nem por isto, abandonando o secular alinhamento automático com potências ou superpotências que nos consideram uma espécie de protetorado, precisamos renegar nossa identidade cultural ocidental, no sentido anglo-francês de apego aos direitos individuais e às liberdades públicas. Pois vêm fracassando todas as tentativas autoritárias de recusar ou ignorar esta perspectiva, incorporada como o mais permanente dos objetivos nacionais brasileiros.

Eleições livres e respeito aos direitos humanos devem ser bem-vindos, inclusive quando saudados enfaticamente, digamos assim, por embaixadores dos Estados Unidos nos tempos do Estado Novo e posteriormente...

Desde que permaneça clara a distinção de San Tiago entre "posições de valor" e "posições de interesse": no plano dos valores, o Brasil reconhece-se fiel à sua herança ocidental "por sua história e seus ideais éticos", mas no plano dos interesses, respeitadas as normas internacionais de convivência, resguardamo-nos o direito de negociar com todos os países, de acordo com nossas conveniências, como há pouco o recordava Hélio Jaguaribe, em artigo.

O Brasil tende a relacionamentos assimétricos, com os Estados Unidos, por exemplo, quase à maneira da

França ou do México, para nos limitarmos a um caso tradicional.

Um tanto ao modo da França na Europa, onde sempre manteve uma política continental mais flexível e perseverante que seus vizinhos, o Brasil também dispõe de um acervo de experiências latino-americanas. Demoramos a alcançar o mesmo, em nossa fronteira atlântica africana, por conta de alinhamentos automáticos ainda piores, como os com a própria França, na Argélia ou mesmo com Portugal, na África negra na qual agora procuramos penosamente entrar. Embora com êxitos surpreendentes para tão pouco tempo de recuperação.

O policentrismo tem todas as condições de contar com o Brasil como um dos seus principais pólos. Inclusive se o Brasil mudasse de regime político-econômico, mais claramente, tornando-se socialista, terminaria assumindo inevitável posição de autonomia como a da Chi hoje. Muito mais que a da própria Iugoslávia ou da Romênia, precursoras da libertação das políticas externas na Europa Oriental diante da União Soviética.

Simetria só consigo mesma, deveria ser o lema fundamental da política externa brasileira diante do mundo inteiro.

Em vez de entrarmos em pactos militares do tipo proposto pela África do Sul e seus protetores, o que nos convém é, como estamos fazendo, ir diretamente ao ponto onde há mais probabilidade de ser cortado o fornecimento do petróleo: o próprio Oriente Médio. Daí a importância da crescente presença brasileira no Iraque, com quem em breve atingiremos a cota de um bilhão de dólares de trocas anuais. Também lhe oferecendo outra alternativa policêntrica.

Por isto a indústria brasileira de armamentos surgiu no momento oportuno, libertando-nos da dependência de importação de equipamentos militares e proporcionando-nos novo e importante item em nossa pauta de exportações, na qual atingirá, no ano corrente, quase dois bilhões de dólares.

Começando naturalmente pela produção de equipamentos terrestres, ela está sendo logo seguida pela de equipamentos aéreos e navais, pois a tendência, se quisermos nos consolidar como potência média, será a concentração do poder militar nacional num poder aeronaval. Para o que convirá a fortificação da ilha de Trindade, dando nossa contribuição à defesa do Atlântico Sul em seu meio, porém do nosso lado, em vez de metermos no caldeirão sul-africano que só tem a queimar-nos perante ótimos clientes vizinhos e seus inimigos.

O pior começa a ferver no Caribe.

Se houver ali uma confrontação Estados Unidos-União Soviética, que teremos a fazer, a não ser dar apoio moral?... Quem quiser que se candidate a enviar tropas de solidariedade, mesmo simbólica. O Brasil já deu sua contribuição na República Dominicana e nada faturamos com isto. Por um triz não nos arrastaram à guerra da Coreia, em nome da ONU, como sucedeu com a vizinha Colômbia, que também nada lucrou nem serviu muito num conflito decidido, no fim, por norteamericanos e chineses.

Cultivemos nosso jardim, como o recomendava Voltaire...